



Atena
Editora
Ano 2021

Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Conhecimento, experiência e empatia: a envoltura do direito

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C749 Conhecimento, experiência e empatia: a envoltura do direito
/ Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos.
– Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-035-0

DOI 10.22533/at.ed.350210405

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de
(Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Em **CONHECIMENTO, EXPERIÊNCIA E EMPATIA: A ENVOLTURA DO DIREITO**, coletânea de dezoito capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, nesse volume, quatro grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em democracia, constituição e direitos humanos; estudos em criminologia; estudos sobre o estado e as atividades regulatórias; e estudos sobre a justiça.

Estudos em democracia, constituição e direitos humanos traz análises sobre democracia, princípios constitucionais, ações afirmativas, liberdade religiosa, cotas e pessoas em situação de rua.

Em estudos em criminologia são verificadas contribuições que versam sobre República Velha, organizações criminosas, periferia, humanização de penas e criminalização das *fake news*.

Estudos sobre o estado e as atividades regulatórias aborda questões como improbidade administrativa, regulação, publicidade e proteção de dados.

No quarto momento e último momento, estudos sobre a justiça, temos leituras sobre poder dos argumentos e relato sobre o projeto Escrevendo e reescrevendo a nossa história.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS MÚLTIPLAS VEREDAS DE OS SERTÕES: <i>PLANALTO E PLANÍCIES</i> Marclin Felix Moreira DOI 10.22533/at.ed.3502104051	
CAPÍTULO 2	18
A ATUAL RECESSÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL Marcelo Rodrigues Mazzei DOI 10.22533/at.ed.3502104052	
CAPÍTULO 3	32
PRINCIPIOS PARA UNA LECTURA JUSTA DEL ORDENAMIENTO JURÍDICO William Esteban Grisales Cardona Luis Fernando Garcés Giraldo Conrado de Jesús Giraldo Zuluaga DOI 10.22533/at.ed.3502104053	
CAPÍTULO 4	40
AS AÇÕES AFIRMATIVAS E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE NO PROCESSO INCLUSIVO Lisete Maria Massulini Pigatto DOI 10.22533/at.ed.3502104054	
CAPÍTULO 5	51
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LIBERDADE RELIGIOSA NO BRASIL: UM ESTUDO A LUZ DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA João Batista de Castro Júnior Luis Paulo Ferraz de Oliveira DOI 10.22533/at.ed.3502104055	
CAPÍTULO 6	68
COTAS PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM CONCURSOS PÚBLICOS Armando Ribeiro Varejão DOI 10.22533/at.ed.3502104056	
CAPÍTULO 7	80
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DIREITOS HUMANOS:VIDAS POSSÍVEIS E AGENDAS FUNDAMENTAIS Leide Fernanda de Oliveira Queiroz Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti DOI 10.22533/at.ed.3502104057	

CAPÍTULO 8	92
CRIMINOLOGIA POSITIVISTA NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930) E SEUS IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA BRASILEIRA Ana Julia Pozzi Arruda DOI 10.22533/at.ed.3502104058	
CAPÍTULO 9	108
ANATOMIA DA FORMAÇÃO E MODO DE ATUAR DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS Paulo Sérgio de Almeida Corrêa DOI 10.22533/at.ed.3502104059	
CAPÍTULO 10	128
ASFIXIA COLETIVA: O IMPACTO DAS DISPUTAS ENTRE O ESTADO E OS GRUPOS CRIMINAIS NAS TRAJETÓRIAS DE ADOLESCENTES MORADORES DE PERIFERIAS Clarice Beatriz da Costa Söhngen Ivana Oliveira Giovanaz DOI 10.22533/at.ed.35021040510	
CAPÍTULO 11	141
APAC: UMA INSTITUIÇÃO A FAVOR DA HUMANIZAÇÃO DAS PENAS Bárbara Paiva DOI 10.22533/at.ed.35021040511	
CAPÍTULO 12	147
PUNINDO A DESINFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DAS <i>FAKE NEWS</i> POR MEIO DO ESTUDO DO BEM JURÍDICO-PENAL Talysson Teodoro Travassos Sanchez Rojas DOI 10.22533/at.ed.35021040512	
CAPÍTULO 13	168
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO BRASIL: UM BREVE ESTUDO SOBRE A SUFICIÊNCIA DAS INOVAÇÕES DA LEI Nº 8.429/1992 A PARTIR DA ORIGEM E DAS ESPECIFICIDADES DO FENÔMENO Anays Martins Finger Ana Cláudia Favarin Pinto DOI 10.22533/at.ed.35021040513	
CAPÍTULO 14	180
ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO E O CASO DA MEDIDA PROVISÓRIA 579/2012 (CONCESSÕES NO SETOR ELÉTRICO) Douglas Toci Dias José Carlos de Oliveira DOI 10.22533/at.ed.35021040514	
CAPÍTULO 15	196
PUBLICIDADE NAS ARBITRAGENS COM O PODER PÚBLICO Igor Matheus Alves da Cunha DOI 10.22533/at.ed.35021040515	

CAPÍTULO 16	210
A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS DIANTE DA (IN)SEGURANÇA NO CIBERESPAÇO: UM DESAFIO	
Larissa Rocha de Paula Pessoa	
Mariana Caroline Pereira Félix	
DOI 10.22533/at.ed.35021040516	
CAPÍTULO 17	221
JUSTIÇA E PODER DOS ARGUMENTOS	
William Esteban Grisales Cardona	
Luis Fernando Garcés Giraldo	
Conrado de Jesús Giraldo Zuluaga	
DOI 10.22533/at.ed.35021040517	
CAPÍTULO 18	234
RELATOS EXTENSIONISTA NO PROJETO ESCREVENDO E RESCREVENDO A NOSSA HISTÓRIA (PERNOH): PARA ALÉM DO ACESSO À JUSTIÇA	
Sandoval Alves da Silva	
Camille de Azevedo Alves	
João Renato Rodrigues Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.35021040518	
SOBRE O ORGANIZADOR	249
ÍNDICE REMISSIVO	250

CAPÍTULO 10

ASFIXIA COLETIVA: O IMPACTO DAS DISPUTAS ENTRE O ESTADO E OS GRUPOS CRIMINAIS NAS TRAJETÓRIAS DE ADOLESCENTES MORADORES DE PERIFERIAS

Data de aceite: 01/05/2021

Data de submissão: 02/02/2021

Clarice Beatriz da Costa Söhnngen

Doutora pela PUCRS. Professora na Escola de Direito da PUCRS. Pesquisadora-líder do Grupo de Pesquisa Gestão Integrada da Segurança Pública (GESEG/PUCRS) Advogada. Porto Alegre
<http://lattes.cnpq.br/9266060091300509>

Ivana Oliveira Giovanaz

Graduanda em Direito pela PUCRS. Integrante do GESEG/PUCRS. Integrante da Frente de Enfrentamento à Mortalidade Juvenil. Porto Alegre
<http://lattes.cnpq.br/8491036881541664>

RESUMO: O presente trabalho parte da asserção de que os jovens moradores de bairros periféricos porto-alegrenses são atingidos direta e indiretamente pelas violências, como o descaso estatal em prover serviços básicos, a criminalização, por meio da presença da polícia militar, denominada no Estado do Rio Grande do Sul por Brigada Militar, e o convívio com os coletivos criminais. Realizou-se pesquisa empírica nos Centros de Referências Especializados em Assistência Social – CREAS a partir de entrevistas com jovens que cumprem medidas socioeducativas e profissionais da assistência social. Foram escolhidas unidades distantes geograficamente com o objetivo de conhecer jovens pertencentes a diferentes

territórios e com possíveis relações com facções criminais em disputas.

PALAVRAS - CHAVE: Juventudes; Violências; Territórios.

SOCIAL ASPHYXIA: THE IMPACT OF DISPUTES BETWEEN THE STATE AND CRIMINAL GROUPS OVER THE TRAJECTORIES OF TEENAGERS FROM THE PERIPHERY

ABSTRACT: The present work is based on the assertion that young people living in the peripheral neighborhoods in Porto Alegre are directly and indirectly affected by violence, such as state neglect to provide basic services, the criminalization, through the presence of the military police, named in the state of Rio Grande do Sul as “Brigada Militar” and living with criminal collectives. Therefore, a bibliographical, as well as empirical research was realized at the “Centros de Referência Especializados em Assistência Social – CREAS” (Reference Centers Specialized in Social Assistance) after interviews with young people who follow socio-educational measures and social assistance professionals. Units that were distant geographically were chosen in order to dialogue with young people that belongs to different territories and with possible relation with factions in disputes.

KEYWORDS: Youth; Violence; Territories.

1 | NOTAS INTRODUTÓRIAS

O Grupo de Pesquisa Gestão Integrada da Segurança Pública (GESEG/PUCRS) dedica seus estudos aos temas de “violências”, “sociabilidades” e “territórios”, especialmente no que tange pessoas de 15 até 29 anos. A presente pesquisa é a ramificação de duas pesquisas anteriores do GESEG/PUCRS: “Os poderes de dentro do cárcere: uma análise dos grupos de apenados organizados no Presídio Central de Porto Alegre”, de 2015 e 2016; e, “Os poderes de dentro do cárcere, segunda fase: os grupos organizados entre os socioeducandos da fundação de atendimento socioeducativo do Rio Grande do Sul”, de 2017 e 2018.

Os resultados da primeira pesquisa vão ao encontro dos dados do Atlas da Violência (IPEA, 2020), que trouxe o aumento no número de homicídios na faixa etária de 15 a 29 anos de idade no Estado do Rio Grande do Sul a partir do ano de 2013 e seguintes, diminuindo apenas em 2018. Em 2013, por exemplo, 1.078 jovens foram vítimas de mortes violentas, ao passo que, em 2014 foram 1.323, esse salto coincide com o tensionamento entre os grupos criminais existentes em Porto Alegre, pois houve a expansão dos Bala na Cara, facção criada em 2008, conhecida pelo “tiro de esculacho” e pelo embolamento forçado, e pela resposta contrária, a partir da criação dos Anti-Bala, coalização formada entre grupos diversos com o objetivo de frear os avanços dos Bala na Cara, conforme estudos de Marcelli Cipriani e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (2016).

A segunda pesquisa entrevistou socioeducandos que cumprem medida socioeducativa de internação e profissionais da FASE. Os resultados apontaram para a presença das facções nas trajetórias de alguns jovens e o silêncio do Estado sobre o tema. Ainda, foi presente nas falas dos jovens assuntos que envolviam seus bairros, como o sentimento de pertencimento e as amizades ali firmadas. Sendo assim, a presente pesquisa partiu para o campo do cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS's, unidades que atendem pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados, conforme André Kirst e Michelle Birnfeld da Luz (LAZZAROTTO et al. 2014, p. 66/67):

Toda unidade CREAS deve executar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), ofertando apoio, orientação e acompanhamento em situações de risco pessoal ou social por violação de direitos na iminência ou ocorrência de: violência intrafamiliar física e psicológica, negligência, abandono, abuso e exploração sexual, afastamento do convívio familiar e comunitário, vivência de trabalho infantil, situação de rua, discriminações e outras situações que provoquem danos e agravos às condições de vida, autonomia e bem estar. Algumas dessas situações podem ser atendidas por unidades específicas, desde que referenciadas pelo CREAS, como é o caso, por exemplo, dos Centros de Referência Especializados à Mulher e do Centro Pop para a População em Situação de Rua. Estas possibilidades de Centros específicos produzem uma diversidade de CREAS's, os quais atendem às demandas conforme os recursos que seus

respectivos territórios disponibilizam.

Um dos serviços ofertados pelos CREAS's é o cumprimento de medidas socioeducativas em duas modalidades: Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA), que são serviços de média complexidade e estão acoplados na Proteção Social Especial de Média Complexidade, isto é, “requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado” (BRASIL, 2004, p. 36).

Em razão do panorama de violência urbana que impacta de maneiras indireta e direta os jovens moradores dos bairros periféricos de Porto Alegre, o presente artigo dispõe a apresentar os resultados da pesquisa “Em Fogo Cruzado: O impacto das disputas pela gestão da ordem entre o Estado e os coletivos criminais nas trajetórias de adolescentes moradores de periferias”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS e pelo Programa de Bolsas Pesquisa Alunos da PUCRS - BPA/PUCRS. A pesquisa teve como objetivos verificar como o Estado assiste esses jovens, a partir da promoção de cidadania e a presença de serviços, analisando como é a estrutura desses espaços urbanos e os espaços da assistência social, também como pela atuação da polícia nesses bairros, sem ignorar o profundo enraizamento das práticas autoritárias que persistem na instituição policial em uma tentativa vigilante do Estado para “sustenta[r] a proposição de uma ordem de paz” (BASSO e AZEVEDO, 2009, p. 22).

Paralelamente, procurou-se apurar os impactos sentidos nos cotidianos dos jovens que são decorrentes dos conflitos entre facções criminais, como as limitações para a circulação urbana e os riscos pelo deslocamento. Ainda, examinou-se a presença das sociabilidades criminais nos cotidianos dos adolescentes (como pela cultura da arma e do consumo), do ponto de vista da imbricação entre seu local de moradia e a maior ou menor proximidade e vinculação com as dinâmicas de grupos criminais.

Os resultados aqui expostos são oriundos da aplicação de entrevistas por meio de questionários semiestruturados com os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto e residem em espaços urbanos precarizados e com profissionais, como assistentes sociais, advogadas e psicólogas. Os questionários semiestruturados foram pensados para terem perguntas abertas evitando desconforto nos adolescentes e permitindo que eles próprios narrem suas trajetórias de maneira espontânea.

O presente artigo abordará brevemente a assistência social em Porto Alegre, a partir das visitas exploratórias realizadas nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS pela co-autora e pelo tratamento das entrevistas com profissionais dos CREAS's, ao trabalhar os conceitos de “CREAS” e “CRAS”, pois as autoras compreendem, a partir de suas experiências, que parecer haver no Direito uma invisibilização sobre a assistência social. Por fim, serão expostas proposições a fim de avistar caminhos diferentes para os adolescentes em conflito com a lei, a partir dos resultados da presente

pesquisa. Informa-se que as proposições partem das vivências das autoras, portanto, não há pretensão de esgotar o assunto ou trazer resultados inquestionáveis. Longe disso, a ideia defendida é o trabalho em rede e a construção coletiva.

2 | OS SUJEITOS MAIS ATINGIDOS PELAS DINÂMICAS CRIMINAIS

Dentro do Presídio Central (PCPA), em um contexto de violência institucional e de falência estatal com a assistência material dos apenados, surgiu, no final dos anos de 1980, a Falange Gaúcha, o primeiro grupo criminal do estado do Rio Grande do Sul, o que Renato Dornelles caracteriza como a “pré-história” do crime organizado no RS:

Os integrantes da Falange firmaram um pacto segundo o qual aqueles que estivessem do lado de fora dos presídios deveriam enviar dinheiro para os que permanecessem presos. Esses valores eram utilizados em especial no financiamento de fugas e na compra de drogas. Foi estabelecido um código de conduta obrigatório, num caminho sem volta ou direito a arrependimento: o não-pagamento de dívidas, a delação de companheiros, o descumprimento de tarefas estabelecidas pelos superiores na hierarquia do grupo resultavam em punição, que poderia ser a morte (DORNELLES, 2018, p. 10).

A política de encarceramento em massa que implicou a superlotação dos presídios e foi acompanhada do desrespeito aos direitos dos presos¹ está associada a emergência de grupos criminais em diferentes estados do país. Bruno Paes Manso sobre “a terceirização do controle para os presos”:

[...] Policiamento ostensivo, melhoria na gestão das polícias, aprisionamentos em flagrante, no final das contas, acabaram produzindo efeitos colaterais inesperados, como o aprisionamento massivo e a perda do controle no interior das prisões. Ou melhor: a terceirização do controle para os presos, que precisaram estabelecer um esquema de autogestão para sobreviver naqueles ambientes que o estado não parecia ter competência, dinheiro ou até mesmo interesse de administrar (FBSP, 2019, p. 37).

Após um período de intensas turbulências no Presídio Central, ao longo de toda a década de 1980 e a primeira metade dos anos 1990, a Brigada Militar passou a gerir o estabelecimento. A fim de reduzir os motins, rebeliões e homicídios ocorridos entre presos, os policiais começaram a separá-los de acordo com as alianças e rivalidades que eles detinham nas ruas ou, caso ele não seja integrante de algum grupo, segundo o bairro de sua moradia e a facção que o controla (CIPRIANI, 2016, p. 110/111). Sidinei Brzuska afirma que a manifestação das facções no Presídio Central tem relação com a falta do Estado em dispor dignidade ao apenado:

1 Conforme o relatório mensal do Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNIEP), vinculado ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o Estado do Rio Grande do Sul possui 103 estabelecimentos prisionais, sendo que 53 são considerados em péssimas condições, 05 ruins, 27 regulares, 13 boas e 01 excelente. O Presídio Central de Porto Alegre encontra-se em péssimas situações. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php>. Acesso em 23 dez. 2019.

Hoje, se o sujeito tem família, tem uma chance. Se ele não tem família, é complicado. Porque, se ele tem família, a família mantém ele na cadeia. Hoje um preso custa, para a família, aí R\$ 700, R\$ 800 por mês. Dentro do Central. Mas, para as famílias, a PASC é mais cara, porque a família toda semana banca isso. Porque o preso não recebe uma barra de sabão para se lavar, não recebe um creme dental, não recebe uma colher de plástico para comer, ele não recebe um pote para colocar comida, ele não recebe nada. Quem tem que dar isso para ele é a família. Se ele não tem família – essas coisas ele precisa! –, quem é que vai dar para ele? Quem vai dar para ele é a “prefeitura”. E ela até vai dar para ele, e se tu for falar com os presos e com as facções, eles vão dizer o seguinte: que eles estão fazendo um gesto de caridade. Estão apoiando, ajudando, sendo solidários. Esse é o discurso. E não deixa de ser verdade. É verdade, eles estão apoiando, estão ajudando, estão prestando serviço.

Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2019, as mortes internas ao mundo do crime e às suas redes, isto é, as guerras entre as facções, “representa em torno de 75-80% das mortes violentas intencionais, no Brasil, proporção estável nos últimos anos” (FBSP, 2019, p. 31) e o perfil continua recorrente: jovens negros e moradores de favelas:

O perfil das vítimas do Grupo 1 (mortes internas ao mundo do crime e às suas redes próximas) também é regular durante os anos, e majoritariamente composto por operadores baixos dos mercados ilegais (drogas, armas, veículos roubados, contrabando, etc.). **São comumente, portanto, jovens negros, de sexo masculino, com escolaridade defasada, moradores de favelas e periferias urbanas, frequentemente com passagens pela justiça criminal** (grifou-se).

Essas mortes têm alguma relação com a disputa pela gestão da ordem nos espaços urbanos, por exemplo, quem dita as regras (como o toque de recolher),² quem fornece a droga e quem lucra com a sua venda. Diferentemente do que ocorre em São Paulo, onde o grupo criminal Primeiro Comando da Capital - PCC possui hegemonia e “implementa mecanismos pragmáticos de redução dos conflitos internos ao universo criminal” (FBSP, 2019, p. 33), outros estados brasileiros, como o Rio Grande do Sul, vivem, desde meados de 2013, a efervescência das disputas entre as facções, conforme Gabriel de Santis Feltran:

Se a facção quiser crescer seu negócio para outros estados, ela precisa ocupar o território de outra, e instalam-se guerras (inclusive contra o PCC em diversos estados). Se há mortos nessas guerras, haverá vingança, e aumentam os homicídios no Grupo 1. Mesmo que haja hegemonia de uma facção armada em um estado, portanto, nesse modelo o patamar dos homicídios tende a ser mais alto do que sob hegemonia do PCC, que prima por regular mercados e controlar o uso do armamento, sem domínio territorial armado. Os mecanismos de justiça internos à facção, além disso, tenta romper as cadeias de vingança a todo custo (FBSP, 2019, p. 34).

2 O toque de recolher é uma manifestação expressa de poder de determinada facção que influencia diretamente os moradores, pois suas rotinas sofrem alterações. Após o horário estipulado, avisado entre os moradores no dia anterior, os membros da facção escolhem quem entra e quem sai daquele território.

A estratégia utilizada pela Brigada Militar de separar os apenados conforme a facção pertencente ou o bairro que ele reside contribuiu para uma “calmaria” dentro do Presídio Central – que permanece com índices baixos de instabilidades de todo o tipo.³ Todavia, manifesta-se em vingança, violência e disputas nas ruas de Porto Alegre, especialmente nos bairros periféricos. No tecido social desses espaços urbanos – conhecidos, localmente, como “vilas” – estão os sujeitos mais atingidos pelas dinâmicas criminais: os jovens, suscetíveis tanto à criminalidade quanto à criminalização, pois:

quem está ali na esquina não é o Pedro, o Roberto ou a Maria, com suas respectivas idades e histórias de vida, [...] suas emoções e medos. [...] Quem está ali é o *moleque perigoso* ou a *guria perdida* (MV BILL; ATHAYDE; SOARES, 2005, p. 175).

Segundo o Atlas da Violência de 2020, os “homicídios foram a principal causa dos óbitos da juventude masculina, responsável pela parcela de 55,6% das mortes de jovens entre 15 e 19 anos; de 52,3% daqueles entre 20 e 24 anos; e de 43,7% dos que estão entre 25 e 29 anos” (IPEA, 2020, p. 20), o que é preocupante não só para fatores humanos, mas também econômicos. No estudo do Atlas da Violência, verificou-se que os índices de mortes em homens jovens é maior do que de jovens, o que reforça a premissa de que os adolescentes do sexo masculino têm maiores relações com a violência do que as adolescentes do sexo feminino. Dessa forma, “na comparação com as taxas das demais faixas etárias, contudo, é possível afirmar que a causa morte por homicídio atinge mais as mulheres e homens jovens do que indivíduos de qualquer outra faixa de idade” (Ibdem).

Alba Zaluar (2004) chama a atenção para o conceito da “hipermasculinidade”, que atualmente perpassa a “cultura da ostentação”, e, para a antropóloga, parece atrair os meninos ao mundo do crime:

Parece-me o fato de que alguns (jovens do sexo masculino) se deixam seduzir por uma imagem da masculinidade que está associada ao uso da arma de fogo e à disposição de matar, ter dinheiro no bolso e se exibir para algumas mulheres. A partir de entrevistas que minha equipe fez com jovens traficantes, definimos isso como um etos da hipermasculinidade. Esse é um fenômeno que está sendo muito estudado nos EUA e na Europa e diz respeito a homens que têm alguma dificuldade de construir uma imagem positiva de si mesmos. Precisam da admiração ou do respeito por meio do medo imposto aos outros. Por isso se exibem com armas e demonstram crueldade diante do inimigo.

Entretanto, durante o tratamento das entrevistas com 08 adolescentes e 05 profissionais que atendem os jovens, foi possível verificar a vontade que os adolescentes

3 Utilizou-se aspas pois, conforme o Juiz Sidinei Brzуска em entrevista concedida à Gaúcha ZH, há indícios de que homicídios dentro do Presídio Central foram “maquiados” pelas facções com o objetivo de que as mortes pareçam naturais. Os métodos utilizados são as injeções contendo substâncias tóxicas, o sufocamento com sacola plástica e o coquetel gatorade, conhecido por ser uma bebida com crack que causa overdose. Disponível em: <<https://gaucha-zh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/01/como-morrem-os-detentos-que-cumprem-pena-nas-cadeias-do-rio-grande-do-sul-4393777.html>>. Acesso em 23 dez. 2019.

4 Em Porto Alegre, os bairros precarizados são chamados de Vilas.

têm de possuir itens de marcas e de se sentirem consumidores, mas esse não é o único e preponderante fator de entrada ao “mundo do crime”. Acerca dos motivos, tem-se ajudar financeiramente suas mães e avós, o sentimento de pertencimento aos seus bairros, os vínculos afetivos ali criados e a tentativa de se distinguirem, isto é, sentirem-se especiais, o que implica na autoestima dos jovens, como o que é feito pelos “Bala na Cara” (BNC) ao se intitularem os “leões da selva”, conforme entrevistas:

Os vagabundo botam na mente dos menor que eles vão fazer e acontecer e ter segurança. Dizem, vou te largar com uma arma, uma moto e uma guria (jovem, 14 anos, CREAS).

Na Bom Jesus, se teu marido bate em ti e tu chamar os guris, eles mandam o cara embora da vila. Ali não pode ter briga e ajudam a recuperar o que foi roubado (jovem, 16 anos, CREAS).

Eu quero um dia conhecer a orla do Guaíba. Cidade baixa nunca fui, lá não pode. ZN também não. Eu fico muito aqui, tenho meus amigos, minha namorada (jovem, 16 anos, CREAS).

Os balas são conhecidos como os leões da selva, pois têm o poder. Eles tão no Facebook... Só procurar alguém com o perfil com foto de leão, é bala... já as gurias são as leoas... Eles não têm pena não... (jovem, 15 anos, CREAS).

Os “Bala na Cara”, diferentemente das outras facções, como os “Abertos” e os “Manos”, não surgiram nas galerias das prisões como uma resposta ao cárcere, nos moldes da “Falange Vermelha”, posteriormente “Comando Vermelho”, em que a palavra de ordem era: “o inimigo está fora das celas, aqui dentro somos todos irmãos e companheiros” (AMORIM, 1993, p. 18). Os “leões” ou “tomadores de boca”, como são conhecidos os “BNC”, surgiram nas ruas de Porto Alegre e passaram a territorializar as ruas e depois as galerias do Presídio Central.

Nas palavras de Achille Mbembe (MBEMBE, 2016, p. 135) ao estudar as colônias, que podemos contextualizar para os espaços de Porto Alegre:

A ocupação colonial em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico - inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais – territorialização -.

Dessa forma, territorializar um espaço significa ditar as regras de convívio, exercendo uma espécie de controle. Conforme CIPRIANI (2016, p. 126):

Os Balas surgiram na vila Bom Jesus. Ali, tiveram vários homicídios – homicídios, não traficídios, envolvendo famílias rivais: os Bragés e os Mirandas, várias mortes entre eles. E dessa rivalidade que surgiu ali, também surgiu uma relação de ódio muito grande, de onde veio o tiro de esculacho, né, que é o tiro na cara, pra fazer a família enterrar o cara com o caixão fechado. E daí que teria surgido o nome, dizem. E esse pessoal aí começou

a, junto com essas guerras, se envolver com o tráfico. Se tu pegar hoje as principais figuras expoentes dos Balas – o Schultz, o Sapo, todos eles são dali da vila Bom Jesus e têm um vínculo muito próximo. Então essas pessoas se juntam, começam a vender, daqui um pouco começam a ser presas.... Vão ficar na mesma galeria... De repente você tem uma “facção”. E os Bala, durante um tempo, eram o braço armado das outras, faziam serviços de execução pra elas. Hoje já tão em um nível superior, porque é mais rentável disputar a venda. Eles foram os únicos que surgiram fora do Central, e hoje ainda usam dessas execuções pra tomar pontos na marra. Quer ser dos Bala? Então toma essa arma e vende a nossa droga. Não quer passar pro lado deles? Então vão “passar” [matar] o cara. (OJ02).

A partir do surgimento e da grande lucratividade dos “Bala na Cara”, a figura do traficante “Robin Hood”, em Porto Alegre, foi sendo afastada:

O traficante Robin Hood era muito comum. Tu ouvia a fala que “a gente se sente mais protegido com o tráfico do que com a polícia”. Isso não existe mais. De uns cinco anos para cá, eu diria, a comunidade não se sente protegida com o tráfico. Menos ainda com a polícia, né, muitas vezes se sente violentada pela polícia (mulher, profissional do CREAS).

O tráfico tá ali e tem tirado pessoas de casa, isso não acontecia. O lance de justiça que tinha na comunidade... O tráfico resolve, mas tu fica devendo (mulher, profissional do CREAS).

O tensionamento entre os coletivos criminais existentes em Porto Alegre impacta diretamente no cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, a partir da dificuldade de execução da medida pelo risco ou impossibilidade de deslocamento do jovem de seu território para a unidade:

Sim, há casos de adolescentes que não podem cumprir a medida socioeducativa, não podem andar pelas ruas de um mesmo bairro, por exemplo, na Cruzeiro várias ruas podem ser territórios de facções distintas (mulher, profissional do CREAS).

Foi visto, inclusive, a dificuldade de alguns jovens de desfrutar da própria cidade de Porto Alegre, pois por serem identificados pertencentes de determinada facção, não podem adentrar território rival. Todavia, a Prefeitura de Porto Alegre parece não levar em conta esse fator quando coloca que o CREAS que atende determinadas regiões não está localizado próximo. Em uma tentativa de desviar dessa problemática, os profissionais anotam no Plano Individual de Atendimento - PIA a região de moradia do jovem e seu nível de envolvimento com as facções:

Normalmente, a gente coloca uma observação quando estamos construindo o PIA e encaminhamos o relatório para o Judiciário. Às vezes os adolescentes têm vergonha de falar, aí vamos descobrir só quando ele não está vindo na medida; outros falam na hora. Tudo é uma construção (mulher, profissional do CREAS).

O CREAS Leste fica aqui nesse endereço pois não tem vontade política de tirar a gente daqui (risos). **A gente atende toda região Leste que é Bom Jesus, Morro Santana, Chácara das Pedras, parte do Itú Sabará, Cefer, Ipê. Então essa região que estamos está completamente fora e contra-mão da grande parte da galera que precisa ser atendida aqui.** É um pouco delicado, pois muitos deles têm risco de chegar até aqui. **Todos eles que vêm da Bom Jesus, por exemplo, precisam passar pela Vila Jardim e isso por si só é um desafio.** Aí a gente procura alternativas para esse guri não sofrer risco e não parar o cumprimento (da medida socioeducativa). A gente vai até onde o jovem mora, o que dificulta o trabalho, pois enquanto podíamos realizar quatro atendimentos, realizamos um. Enquanto podíamos ligar e já agilizar o encaminhamento do jovem para algum serviço, faremos isso só no outro dia. Dificulta (mulher, profissional do CREAS).

Já aconteceu do jovem estar em atendimento e pessoas “contra” circularem de carro aqui na volta. A gente percebeu e tirou o guri do hall de entrada (mulher, profissional do CREAS).

A ausência do Estado é acompanhada da presença substancial de seu braço armado, afinal “as polícias têm estado no centro do debate público e vêm sendo usadas por políticos populistas para fazer valer a ideia de que o enfrentamento ao criminoso e o uso da violência são a sua missão primordial” (FBSP, 2019, p. 58). Embora a missão primordial da polícia seja garantir a cidadania, nos CREAS não é isso que cotidianamente ocorre:

Um jovem relatou no acolhimento que o policial usou drogas na frente dele. Vai reclamar para quem? (mulher, profissional do CREAS).

Conforme o estudo de Rolim e Hermann (2018), que buscou apurar a relação de confiança entre a população de Porto Alegre e a Brigada Militar, verificou-se que as percepções negativas sobre o trabalho da polícia estão entre os mais jovens, os mais pobres e os menos escolarizados:

Entre os entrevistados, 58,7% entendem que os policiais militares não são violentos e que agem de forma respeitosa com as pessoas. Já entre os entrevistados mais jovens – sobretudo entre aqueles de até 24 anos, mas também entre adultos entre 25 e 39 anos (Teste realizado: Regressão Logística. Sig = 0,000) – há mais avaliações negativas da Brigada Militar no que tange à violência policial. Da mesma forma, pessoas autodeclaradas negras (pretas/pardas) (Teste realizado: Regressão Logística. Sig = 0,031), com menor escolaridade (Teste realizado: Regressão Logística: Sig = 0,041) e com renda mais baixa (Teste realizado: Regressão Logística: Sig = 0,006) tendem a avaliar a BM como sendo violenta e desrespeitosa (HERNANN; ROLIM, 2018, p. 197).

Outro ponto que chamou a atenção nas entrevistas foi a ausência da presença paterna, alguns jovens relataram que não conhecem ou não têm contato com seus pais, o que também apareceu nas falas dos profissionais dos CREAS's. As pessoas que circulam nos CREAS's – quando há acompanhamento – são as mães e as avós e se existe esse

acompanhamento, segundo os profissionais, os jovens têm maior possibilidade de cumprir as medidas socioeducativas. Quando há conflito aparente em relações familiares, existe a tentativa pelos CREAS's, ao longo do cumprimento da medida socioeducativa, de minorá-lo, como a busca pelo reconhecimento de paternidade ou reuniões com familiares:

Procuramos fortalecer laços entre o jovem e a família. Por exemplo, tem um socioeducando que tem muita vontade de reencontrar sua mãe, entretanto, ela realizou a denúncia contra ele. Então, estamos iniciando o diálogo entre ela e ele (mulher, profissional do CREAS).

3 | ASSISTÊNCIA SOCIAL FRENTE ÀS VIOLÊNCIAS

Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS são unidades públicas de assistência social que “atendem pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados”.⁵ Por outra banda, os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS oferecem serviços de Assistência Social e têm como objetivo “fortalecer a convivência com a família e com a comunidade”.⁶ A diferença entre eles é que o CREAS visa cessar ou ressignificar alguma violação ou risco de direitos, enquanto o CRAS busca informar a população sobre seus direitos e ser o mediador para que o cidadão possa usufruir de algum benefício. Dessa feita, as medidas socioeducativas em meio aberto são de competência dos CREAS's. Para Alex Vidal (LAZZAROTTO et al. 2014, p. 207):

Na medida de PSC, ao adolescente é permitida a convivência em sua comunidade, mas lhe é exigido que se dedique um tempo ao trabalho comunitário como forma de compensação pela infração cometida, assim como uma oportunidade de aprendizado.

Na teoria, o jovem vai à unidade de execução da medida e realiza alguma atividade que o potencialize enquanto ser humano e seja proveitosa para a sociedade, como trabalhar em uma biblioteca, em uma escola ou em alguma gráfica. Na prática, em alguns CREAS visitados, verificou-se poucas vagas em unidades executoras, implicando, por vezes, que a medida seja cumprida no próprio CREAS's, o que desafia a criatividade dos profissionais.

4 | CONCLUSÃO

Para vislumbrar trajetórias diferentes para os jovens é preciso conhecer suas narrativas, dando voz às suas experiências, além de trabalhar em rede. Em todos os espaços que ocupamos será defendido o trabalho em rede. É necessário que o Judiciário

5 BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>>. Acesso em: 10 de nov. 2018.

6 BRASIL, Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>>. Acesso em 27 dez. 2019.

trabalhe junto com a Assistência Social a fim da medida socioeducativa ser pautada conforme as necessidades e as realidades dos jovens. Isto é, caso o jovem tenha risco de deslocamento por determinada rua de Porto Alegre, nada adianta a medida de prestação de serviço à comunidade tenha como execução essa rua territorializada por facção contrária. Talvez, nesse caso, seja possível a construção de parcerias com instituições de ensino superior para propor oficinas e cumprimento da medida em espaços tidos como “neutros”. É essencial, então, trabalhar levando em conta as subjetividades.

Haja vista os resultados preliminares da presente pesquisa, tem-se que a ausência de efetivação nas políticas públicas em bairros periféricos, visto a falta de direitos sociais e fundamentais, traz aos jovens e aos moradores problemáticas cotidianas de violações e violências. Ademais, acarreta à sociedade problemas a serem enfrentados, como o surgimento, a manutenção e a expansão de grupos criminais e conseqüentemente as disputas pelo domínio do mercado ilícitos que aumentam a criminalidade e a insegurança. Outras problemáticas históricas a serem enfrentadas é a violência policial e o medo que os jovens sentem da polícia. Modificar o *statu quo* da polícia não é uma tarefa fácil, especialmente em “realidades fortemente hierarquizadas, como a brasileira”, como bem asseverou Jacqueline de Oliveira Muniz (2015), mas algo precisa ser feito. Em nossa realidade, propõem-se a parceria entre a Secretaria de Segurança Pública do ERGS e o Observatório de Segurança Pública da PUCRS para que debates e ações no âmbito da Brigada Militar, Polícia Civil, Observatório de Porto Alegre e a PUCRS sejam realizados.

Por fim, verificou-se que questões como o fenômeno da “hipermasculinidade” e o lucro são presentes nas narrativas dos jovens, mas, divergindo um pouco da visão de Alba Zaluar sobre a sedução dos jovens que resulta na “cultura da ostentação”, na presente pesquisa os jovens demonstraram a vontade de fazer uso de marcas e produtos expostos na grande mídia. Todavia, não só, esse não é o fator preponderante que leva um jovem a participar de algum coletivo criminal. Foram vistas falas sobre proporcionar vidas melhores para suas mães e avós, além do grande sentimento de pertencimento aos seus bairros, o que demonstra a necessidade de estudar geografia, cidadania, direito urbanístico, como questões de moradia, para realizar interfaces com a Segurança Pública. Como bem demonstrou Vera Regina Pereira de Andrade (2003), o campo das violências passa mais pela cidadania do que pelo Direito Penal, é preciso levar em conta seus bairros, os processos de gentrificação e a cidadania ofertada para propor políticas de segurança pública do tipo não-penais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora: 2003. 187 p.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho: A história do Crime Organizado**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.

IPEA. **Atlas da Violência 2019**. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>. Acesso em 27 dez. 2019.

IPEA. **Atlas da Violência 2020**. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Daniel Cerqueira (coordenador), Samira Bueno (coordenadora), Paloma Palmieri Alves, Renato Sergio de Lima, Enid R. A. da Silva, Helder Ferreira, Amanda Pimentel, Betina Barros, David Marques, Dennis Pacheco, Gabriel de Oliveira Accioly Lins, Igor dos Reis Lino, Isabela Sobral, Isabel Figueiredo, Juliana Martins, Karolina Chacon Armstrong e Taís da Silva Figueiredo. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em 15 nov. 2020.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; BASSO, Maura Gisele Rozado. Segurança Pública e Direitos Fundamentais. **Direito & Justiça**. Porto Alegre. Impresso, v. 34, p. 21-32, 2009.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; CIPRIANI, Marcelli. Um estudo comparativo entre facções: o cenário de Porto Alegre e o de São Paulo. **Sistema Penal & Violência**, v. 7, p. 161- 174, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social/PNAS. Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/07/PNAS_2004.pdf>. Acesso em 15 nov. 2020.

BZUSKA, Sidinei. Sidinei José Brzuska: “As pessoas ignoram o problema que é o sistema prisional”. Entrevista concedida ao Canal Ciências Criminais. 25 nov. 2015. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/sidinei-jose-brzuska-as-pessoas-ignoram-o-problema-que-e-o-sistema-prisional/>> Acesso em 13 nov. 2020.

CIPRIANI, Marcelli. Da ‘Falange Gaúcha’ aos ‘Bala nos Bala’: o surgimento das ‘facções criminais’ em Porto Alegre e sua manifestação atual. **Direito e Democracia** (ULBRA), v. 17, p. 105-130, 2017.

CIPRIANI, Marcelli. Do Global ao Local: a emergência das “facções criminais” no Brasil e sua manifestação em Porto Alegre. 2016. Monografia (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** - ABSP, pp. 218. 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf>. Acesso em 26 dez. 2019.

LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini et al (Org.). **Medida socioeducativa: entre A & Z**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Temáticas. **Arte & Ensaios** | revista do ppgav/eba/ufrj | n. 32 | dezembro 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em 10 jan. 2021.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; MELLO, Kátia Sento Sé. Nem tão perto, nem tão longe: O dilema da construção da autoridade policial nas UPPs. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 44-65, jan.-mar. 2015, Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/19939>>. Acesso em 15 nov. 2020.

MV BILL; ATHAYDE, Celso; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 295 pp. 2005.

ROLIM, Marcos Flávio; HERNANN, Daiana. Confiança nas polícias: percepção dos residentes e desafios para a gestão. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 20, n. 48, maio-ago 2018, p. 188-211. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v20n48/1517-4522-soc-20-48-188.pdf>> Acesso em 23 dez. 2019.

ZALUAR, Alba. “Hipermasculinidade leva o jovem ao mundo do crime”. Entrevista concedida à Folha de São Paulo. 12 de julho de 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1207200423.htm>> Acesso em 27 dez. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações Afirmativas 5, 6, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 73, 75, 77

C

Conhecimento 2, 5, 4, 47, 48, 74, 94, 142, 152, 153, 196, 201, 209, 211, 212, 218, 220, 244, 245

Constituição 5, 4, 7, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 39, 41, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 67, 68, 75, 88, 91, 96, 104, 144, 152, 159, 161, 162, 168, 169, 171, 172, 175, 196, 197, 206, 209, 238

Cotas 5, 6, 42, 43, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 187, 188, 244

Criminalização 5, 7, 91, 100, 101, 103, 104, 127, 132, 146, 147, 148, 154, 162, 164, 168, 171

Criminologia 5, 7, 91, 92, 94, 98, 99, 102, 103, 104, 105

D

Democracia 5, 1, 14, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 39, 40, 47, 60, 72, 138, 152, 153, 154, 158, 161, 162, 223, 240

Direito 2, 5, 1, 2, 14, 15, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 64, 65, 67, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 120, 121, 127, 129, 130, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 169, 172, 173, 176, 177, 178, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 217, 218, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248

Direitos Humanos 5, 6, 1, 46, 55, 62, 63, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 238, 247, 248

E

Empatia 2, 5

Experiência 2, 5, 2, 15, 16, 27, 48, 70, 84, 182, 244

F

Fake News 5, 7, 146, 147, 148, 150, 156, 162, 163, 165

G

Grupos Criminais 7, 127, 128, 129, 130, 137

H

Humanização 5, 7, 140, 143, 144

I

Improbidade Administrativa 5, 7, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

Inclusão 44, 45, 48, 74, 75, 76, 86, 92, 118, 123, 172, 212, 234, 235, 237, 240, 244, 245

J

Justiça 5, 8, 31, 43, 44, 45, 49, 71, 73, 74, 79, 80, 82, 84, 87, 88, 90, 94, 97, 103, 105, 117, 122, 130, 131, 134, 138, 140, 145, 174, 202, 203, 220, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247

L

Liberdade Religiosa 5, 6, 43, 50, 51, 52, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64

O

Organização Criminosa 110, 118, 119, 121, 123, 124, 125

P

Pena 25, 53, 63, 92, 94, 95, 100, 105, 132, 133, 140, 141, 145, 152, 155, 156, 158, 160, 162, 163, 196

Poder 5, 7, 8, 3, 8, 9, 10, 11, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 43, 44, 46, 47, 48, 58, 59, 62, 64, 71, 73, 75, 77, 80, 87, 94, 96, 98, 104, 112, 113, 131, 133, 142, 148, 149, 160, 168, 170, 171, 173, 175, 176, 178, 180, 192, 195, 197, 200, 206, 209, 210, 212, 220, 221, 222, 223, 226, 227, 229, 230, 231, 234, 237, 238, 241, 243, 245

Poder Público 7, 59, 80, 142, 173, 195, 197, 206, 223

Princípios 5, 2, 3, 4, 6, 8, 13, 15, 25, 31, 43, 45, 46, 64, 67, 68, 69, 71, 72, 76, 95, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 120, 141, 142, 143, 144, 159, 161, 162, 164, 170, 172, 173, 178, 181, 197, 205, 206, 213, 214

Proteção de Dados 5, 8, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218

R

Regulação 5, 53, 141, 173, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 192, 194, 213

Relato 5, 242

S

Situação de Rua 5, 6, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 128

T

Transexuais 6, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 76, 77

Travestis 6, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 77

Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito

-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br